



Apelação Cível nº 0097184-6 TJPE

*Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves*

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0097184-6

Apelante: Diário de Pernambuco S/A

Apelado: João Cardoso da Silva

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator substituto: Juiz André Oliveira Guimarães

EMENTA: CIVIL. E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO TÁCITO. COMISSÕES SOBRE VENDAS DE ASSINATURAS DO JORNAL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESACOLHIDA. LEGITIMIDADE ATIVA. PARTE DOS VALORES NÃO COMPROVADOS. MINORAÇÃO DA CONDENAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNANIMIDADE.

- Para o ajuizamento da ação monitória é mister que o autor possua prova documental escrita da obrigação. Para receber os valores não comprovados, a parte deve se utilizar de meio próprio, e não da monitória.
- Existindo a relação obrigacional, é dever que seja efetuada a quitação.
- Recurso provido parcialmente, por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Apelação Cível nº. 0097184-6, em que figura como apelante Diário de Pernambuco S/A. e como apelado João Cardoso da Silva, acordam os desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível, à unanimidade, em rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, em dar parcial provimento ao apelo, tudo nos termos do voto do Relator.

Recife, 17 de março de 2010.

  
Juiz André Oliveira Guimarães  
Relator Substituto



Apelação Cível nº 0097184-6 TJPE

*Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves*

420  
207

## PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0097184-6

Apelante: Diário de Pernambuco S/A

Apelado: João Cardoso da Silva

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves.

Relator Convocado: Des. André Oliveira Guimarães

## RELATÓRIO

Cogita-se, na origem, de ação monitória aforada por João Cardoso da Silva em face do Diário de Pernambuco S/A, objetivando a declaração de existência de dívida e, posteriormente, sua execução, no valor de R\$ 3.774,61 (três mil setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), tendo em vista as infrutíferas tentativas amigáveis (v. fls. 02/03).

A sentença (v. fls. 362/364) rejeitou a preliminar de ilegitimidade levando em consideração o fato de autor ser o titular da micro-empresa. Inclusive, o próprio embargante efetuava pagamentos à pessoa física de João Cardoso da Silva. No mérito, constatou que o embargante não cumpriu sua parte nas operações pactuadas quando do fim da prestação de serviços ocorrida em meados de 1998. Assim, reconheceu a existência de relação obrigacional, para condenar o demandado a pagar a quantia de R\$ 3.774,61, somando-se os valores referentes aos documentos de folhas 333, 334 e 357, cujos pagamentos não se encontram provados nos autos, mais custas processuais, juros de mora, correção monetária e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Irresignado, o réu/embargante, ora recorrente, interpôs recurso de apelação (v. fls. 370/373), onde em suas razões recursais sustenta, resumidamente: 1) que a ação deveria ter sido proposta em Recife e não Araripina, em razão do domicílio legal da empresa; 2) ilegitimidade ativa, já que o contrato foi efetuado com a pessoa

jurídica João Cardoso da Silva Comércio de Louças-ME; 3) que o valor da condenação é exacerbado e seus acréscimos equivocados; 4) que não foi dada a oportunidade ao autor para se pronunciar acerca dos embargos; 5) que todos os pagamentos devidos foram quitados; 6) que não houve prova alguma dos danos alegados. Requer, ao final, o provimento do recurso, para reformular a decisão e julgar improcedente a ação, condenando-se o apelado nas custas processuais e honorários advocatícios, em valor a ser definido por esse Egrégio Tribunal.

A parte autora, João Cardoso da Silva, ofereceu contra-razões ao recurso (v. fls. 383/386), para ver mantida integralmente a sentença.

Deixe-se registrado que os autos me foram redistribuídos, por remoção, em 05/03/2008.

É o relatório, no essencial.

Recife, 03 de dezembro de 2008.

  
André Oliveira Guimarães  
Relator Convocado



*Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves*

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº 0097184-6

Apelante: Diário de Pernambuco S/A

Apelado: João Cardoso da Silva

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves.

Relator Convocado: Des. André Oliveira Guimarães

**VOTO**

Trata-se de recurso de apelação cível, em face da sentença que reconheceu a existência de relação obrigacional, para condenar o demandado a pagar a quantia de R\$ 3.774,61, somando-se os valores referentes aos documentos de folhas 333, 343 e 357, cujos pagamentos não se encontram provados nos autos, mais custas processuais, juros de mora, correção monetária e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Segundo a inicial do pedido, a ré-apelante mantinha contrato tácito com o apelado, pelo qual se comprometia a realizar o pagamento de comissões sobre vendas de assinaturas do jornal produzido.

Aponta também a mesma peça, ao abordar as questões fáticas, que o apelante descumpriu as prestações, restando uma dívida no valor de R\$ 3.774,61 (três mil setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos). O ora recorrente juntou à contestação notas fiscais e comprovantes bancários (v. fls. 321/357), porém, os documentos de folhas 333 e 343 são depósitos bancários efetuados em guichê de caixa e que não têm qualquer autenticação; e o de folha 357 é um recibo produzido unilateralmente, já que não há sequer a assinatura do demandante confirmando a entrega do valor.

431  
210

No sentir desta relatoria, o apelo merece êxito parcial.

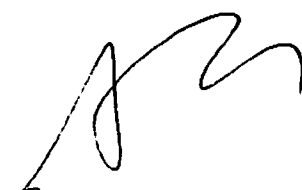
Quanto à alegação de que a ação deveria ter sido proposta em Recife, e não em Araripina, essa não merece acolhimento. Isso porque o apelante deveria ter levantado esse questionamento em sua peça de defesa. Ademais, tendo o contrato sido efetuado em Araripina, cabível a demanda ser proposta em tal comarca.

Em relação à ilegitimidade ativa, essa também não deve prosperar. O Sr. João Cardoso da Silva é o representante legal da empresa, possuindo, portanto, legitimidade para ajuizar a referida ação.

No que tange à alegação de que o valor da condenação é exacerbado e seus acréscimos equivocados, essa merece acolhida. Os documentos juntados pelo apelado na inicial apenas comprovam a assinatura de exemplares do jornal, sem detalhar de onde vem o valor devido das comissões e como foi efetuado o cálculo para se chegar a R\$ 3.774,61. Somente os documentos de folhas 333, 343 e 357 são dívidas das quais não se comprovou a quitação, alcançando a quantia de R\$ 1.941,03 (um mil novecentos e quarenta e um reais e três centavos).

*In casu*, para receber os demais valores não comprovados, o recorrente deve se utilizar do meio próprio, e não de ação monitória. A propósito, vale citar os seguintes julgados à respeito da matéria:

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. MONITÓRIA. CONTA CORRENTE. PROVA ESCRITA. AUSÊNCIA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO À CONSTITUIÇÃO REGULAR DO PROCESSO. EXTINÇÃO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Para o ajuizamento da ação monitória, é mister que o autor possua prova documental escrita da obrigação. Hipótese em que a autora, empresa fumageira, fornecia insumos ao réu para a formação da lavoura de fumo, lançando débitos e créditos em conta corrente. Todavia, ausente a prova de recebimento, pelo réu, das mercadorias cujos valores deram ensejo aos débitos na citada conta corrente, era inviável o uso da ação monitória. Ausência de pressuposto essencial à formação regular do processo” (CPC, art. 267, caput, inc. IV). AÇÃO MONITÓRIA EXTINTA, DE OFÍCIO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, RECURSO PREJUDICADO. UNÂNIME. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70003001351, DÉCIMA OITAVA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: PEDRO LUIZ POZZA, JULGADO EM 27/11/2003).



432

211

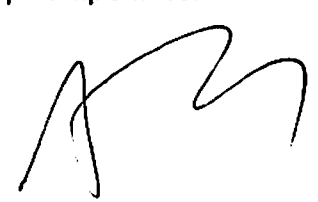
“EMENTA: AÇÃO MONITÓRIA. PROVA ESCRITA. 1- NÃO É TODO E QUALQUER DOCUMENTO QUE SERVE DE SUPEDANEO A AÇÃO MONITÓRIA, MAS AQUELE QUE, SENDO ESCRITO, E SEM POSSUIR A EFICÁCIA DO TÍTULO EXECUTIVO, SERVE A COMPROVAR UMA OBRIGAÇÃO POR PARTE DO RÉU, SEJA DE PAGAR CERTA SOMA EM DINHEIRO, DE ENTREGAR COISA FUNGÍVEL OU DETERMINADO BEM MÓVEL. TRAZ INSITO EM SUA QUALIDADE O PODER QUE TEM DE VINCULAR DIRETAMENTE O DEVEDOR, QUANDO DELE EMANADO, SENDO, POIS, POR ELE RECONHECIDA A OBRIGAÇÃO, OU, DE FORMA, DE SUA RESPONSABILIDADE POR FORÇA INDIRETA, NÃO DISPENSANDO SUA PARTICIPAÇÃO. 2- NÃO SERVE A PROPOSITURA DA AÇÃO MONITÓRIA A RELAÇÃO, OS VALES E OS RECIBOS DE ENTREGA DE MADEIRAS, JÁ QUE NELES NÃO SE ESTAMPA QUALQUER OBRIGAÇÃO POR PARTE DA RÉ DE PAGAR SOMA EM DINHEIRO. O DOCUMENTO DEVE CONTER OBRIGAÇÃO CONTRA A RÉ DA AÇÃO MONITÓRIA. A PRETENSÃO DO AUTOR É TÍPICA DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. 3- CARÊNCIA DE AÇÃO RECONHECIDA, APELO IMPROVIDO.” (APELAÇÃO CÍVEL Nº 598315471, DÉCIMA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: PAULO ANTÔNIO KRETZMANN, JULGADO EM 22/10/1998).

Sendo assim, o apelo merece parcial provimento, para o fim de minorar a condenação para o valor de R\$ 1.941,03 (um mil novecentos e quarenta e um reais e três centavos), mais correção monetária, juros de mora, custas processuais e honorários advocatícios conforme sentenciado pelo Juízo *a quo*.

Quanto à afirmativa de que não foi dada a oportunidade ao autor para se pronunciar acerca dos embargos, essa não prospera. Quem deveria levantar tal questão seria o próprio autor, ora apelado, e não o apelante. Não pode esse querer agora se beneficiar com essa temática.

Aponta, ainda, que todos os pagamentos devidos foram quitados. No entanto, o que constata é que os de folhas 333, 343 e 357 não foram comprovados. Existindo a relação obrigacional, é dever do apelante efetuar a quitação.

Dessa forma, resta evidenciado que houve prova de parte dos danos alegados, conforme documentos acostados pelo próprio apelante.



Diante do exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao apelo do Diário de Pernambuco S/A, para minorar a condenação para o valor de R\$ 1.941,03 (um mil novecentos e quarenta e um reais e três centavos), mantida no mais a sentença, por todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

17/ março/ 2010.

  
André Oliveira Guimarães

Relator Convocado